

Cai o déficit público

20 JAN 1982

GAZETA MERCANTIL

por Celso Pinto
de Brasília

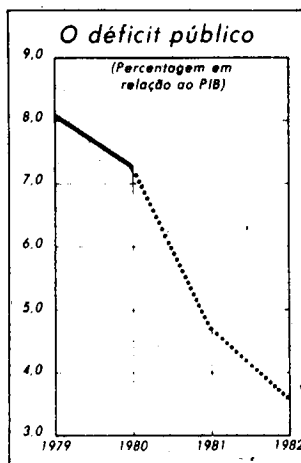
O déficit público brasileiro deverá chegar, neste ano, a Cr\$ 1,936 trilhão, ou US\$ 14,6 bilhões ao câmbio de hoje. E um número gigantesco, mas representa uma melhora, em termos relativos, se comparado aos três últimos anos. Desde 1979, quando o déficit público chegou a 8,1% do Produto Interno Bruto (PIB), caiu para 7,3% em 1980 e para 4,7% no ano passado. Neste ano, baseado nos orçamentos aprovados, o déficit ficaria em 3,6% do PIB.

As estimativas foram feitas pelo economista Carlos von Doellinger, coordenador de planejamento geral do Iplan, órgão ligado à Secretaria do Planejamento. Seu trabalho, elaborado por iniciativa própria e não na condição de técnico governamental, representa uma

das raras tentativas de se determinar o déficit público no Brasil, consolidando o cipoal de dados dos orçamentos da União, monetário e das estatais. E será publicado no número de fevereiro da revista Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas.

Grosso modo, o déficit público significa o montante de recursos que terá de ser coberto através de emissão monetária ou maior endividamento das empresas estatais. Tem, portanto, correlação direta com o nível inflacionário. Doellinger está convencido de que a evolução do déficit público explica, efetivamente, a inflação. Neste sentido, a projeção para este ano é otimista, desde que os orçamentos sejam cumpridos à risca.

Os dados apurados por Doellinger mostram o empenho governamental, no ano passado e nas metas pa-



ra este ano, em controlar mais estreitamente seus gastos. O dispêndio global, aí incluídos os três orçamentos, evoluiu, em termos absolutos, de Cr\$ 2,0 trilhões, em 1979, para Cr\$ 4,9 trilhões, em 1980, Cr\$ 9,6 trilhões, em 1981, e Cr\$ 16,9 trilhões, em 1982. Em termos relativos, contudo, ele cai a partir de 1980. O dispêndio público somava 34,9% do PIB em 1979 e 36,6% em 1980, caindo para 34,9% no ano passado e 31,7% nas estimativas deste ano.

Graças à confusão provocada pela distribuição das contas públicas em três orçamentos, o déficit efetivo não é nem evidente nem fácil de calcular, ao contrário do que acontece nos países desenvolvidos. O orçamento da União, o único submetido à aprovação do Congresso, é permanentemente superavitário, já que, na verdade, quase metade de suas despesas significa transferências para o orçamento monetário e das estatais. São estes dois orçamentos, portanto, que se apresentam permanentemente deficitários, apesar dos recursos recebidos da União.

Nas contas feitas por Doellinger, o déficit do orçamento monetário foi de Cr\$ 375,8 bilhões no ano passado e será de Cr\$ 291,5 bilhões neste ano. O déficit das empresas estatais passará de Cr\$ 923,2 bilhões, no ano passado, para Cr\$ 1,645 trilhão neste ano.

O critério utilizado por Doellinger é simples. No caso do orçamento monetário, soma como despesas os subsídios explícitos e implícitos, além das "operações especiais" que implicam subsídio como a conta petróleo ou o adiantamento para cobertura de dívidas externas atrasadas de empresas estatais. Como receitas, estima as transferências do orçamento da União e o saldo líquido da dívida pública. A diferença representa o déficit do orçamento monetário.

Entre 1980 e 1981 houve uma queda acentuada no déficit do orçamento monetário (de Cr\$ 611,9 bilhões para Cr\$ 375,8 bilhões). A principal explicação foi o

(Continua na página 3)

Quarta-feira, 20 de janeiro de 1982 — GAZETA MERCANTIL

• Nacional

CONTAS NACIONAIS

Cai o déficit público

por Celso Pinto
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

saldo de Cr\$ 412 bilhões na dívida pública do ano passado. Os subsídios globais subiram, chegando a Cr\$ 1,037 trilhão. Para este ano, seus cálculos indicam uma redução no volume global de subsídios. Eles somariam Cr\$ 837,6 bilhões, nível inferior inclusive ao total de 1980 (Cr\$ 896,4 bilhões). Uma ressalva importante, no entanto, deve ser feita. As estimativas para este ano supõem estrito cumprimento do orçamento monetário — o que, literalmente, jamais ocorreu. Se as aplicações superarem o orçado, também o nível de subsídios será maior.

Para o orçamento das empresas estatais, Doellinger calcula o "déficit operacional" deduzindo das despesas previstas (exclusive amortizações) as receitas próprias. Deste resultado, deduz as transferências de recursos do orçamento da União, chegando ao déficit das empresas estatais. Enquanto o déficit do orçamento monetário é coberto com emissões, o das empresas estatais é zerado através de endividamento.

AUMENTO

Um dado interessante apurado por Doellinger é que, não obstante todo o aumento de tarifas praticado no ano passado, o déficit operacional das estatais aumentou 133%, para Cr\$ 1,755 trilhão. Já neste ano a previsão é de aumento de apenas 70% no déficit operacional, para Cr\$ 2,992 trilhões.

Em contrapartida, o déficit global das estatais (incluindo as transferências) vem evoluindo a ritmo bem mais lento. Subiu 57% no ano passado (para Cr\$ 932

bilhões) e deverá subir 78% neste ano (para Cr\$ 1,645 trilhão). Em termos relativos, os dispêndios das empresas estatais, que já atingiram 28% do PIB em 1980, devem cair para 26% neste ano.

Os números utilizados por Doellinger para o ano passado são praticamente finais, sujeitos a poucas revisões. Mas falta um dado importante, usado em todas as comparações relativas: o crescimento do PIB. Doellinger estimou crescimento zero. E claro que se forem confirmadas as estimativas da FIBGE de expansão do PIB em 2,5%, no ano passado, os dados finais serão ligeiramente melhores. Para este ano, Doellinger previu um crescimento de 5% do PIB e inflação média de 80%.

A confusão das contas públicas nacionais tornam trabalhos como este sujeitos a alguma discussão acadêmica. O próprio Doellinger lembrou a este jornal, por exemplo, algumas objeções levantadas na FGV em relação ao critério que utilizou para apurar o déficit das empresas públicas. Para ser rigoroso, observou-se, talvez fosse mais adequado considerar exclusivamente empresas de administração direta. Da mesma forma, a quantificação dos subsídios é matéria de eterna polêmica. Doellinger usou o critério mais frequente: comprou as taxas médias de juros com a inflação média do período.

TENDÊNCIA

O importante, diz Doellinger, é que, independente de alguma discussão sobre um ou outro cálculo, seu estudo indica uma tendência e ela, sem dúvida, está correta. Um déficit público na vizinhança dos 5% do PIB é, ainda, um volume muito

CONTA CONSOLIDADA DO SETOR PÚBLICO FEDERAL
— 1979/1982 —

DISCRIMINAÇÃO	1979	1980	1981 ^(*)	82 ^(*)
— ORÇAMENTO DA UNIÃO				
1 — Receita Orçamentária	509,8	1 219,4	2 319,2	4 000,2
2 — Transferências	153,2	695,1	1 209,0	1 896,8
2.1 — Orçamento Monetário	14,3	287,7	255,0 ^(a)	381,1 ^(b)
2.2 — Encargos da Dívida Pública	3,7	36,2	37,5	54,1
2.3 — Empresas Estatais	135,2	380,2	916,5	1 456,6
3 — Despesa Líquida da União (01) — (2)	356,2	524,3	1 110,2	2 103,4
— ORÇAMENTO MONETÁRIO				
1 — Despesas (subsídios)	181,9	896,4	1 037,8 ^(c)	837,6
2 — Receitas	-60,7	284,5	662,0	546,1
2.1 — Transferidas da União	14,3	278,7	250,0	386,1
2.2 — Saldo Líq. da Dívida Pública	-74,9	5,8	412,0 ^(d)	160,0 ^(d)
3 — Déficit: (1) — (2)	242,6	611,9	375,8	291,5
— ORÇAMENTO DAS ESTATAIS (exclui Bancos)				
1 — Despesas (exclui amortizações)	1 397,8	3 354,9	7 204,5	13 390,2
2 — Receitas	1 191,5	2 768,9	6 281,3	11 744,9
2.1 — Próprias das Empresas	1 056,3	2 388,7	5 364,8	10 288,3
2.2 — Tesouro Nacional	135,2	380,2	916,5	1 456,6
2 — Déficit	206,3	586,0	923,2	1 645,3
DÉFICIT GLOBAL: (II.3) + (III.3)	448,9	1 197,9	1 299,0	1 936,8
DÉFICIT/PIB (em %)	8,1	7,3	4,7	3,6

FONTE: SEPLAN/PR, para os Orçamentos Fiscal e das Estatais; MINIFAZ, para o Orçamento Monetário. NOTAS: (a) Cr\$ 250 bilhões transferidos para cobertura de débitos junto às Autoridades Monetárias mais Cr\$ 5 bilhões de superávit previsto; (b) Cr\$ 200 bilhões de superávit, previsto no O.M./82 mais as transferências totais previstas no O.M./82 menos encargos da Dívida Pública; (c) Cr\$ 906,1 bilhões previstos pelo BACEN mais Cr\$ 131,7 bilhões a título de adiantamento ao Governo Federal para cobertura de contas especiais (Aviso MF-87); (d) Previsão do O.M./82, abatida do superávit orçamentário. (*) Estimativas.

grande, qualquer que seja a comparação feita, mas há um esforço recente de contenção.

Para a década de 60, por exemplo, há uma série histórica calculada para o déficit público (composto, então, apenas pelo orçamento da União). O "pico" ocorreu em 1963, quando o déficit chegou a 5,4% do PIB. Em 1964, ele havia caído para 4%. Os anos seguintes, de rápida redução do nível in-

flacionário, foram também anos de acentuada queda no déficit público: 1,6% do PIB em 1965; 1,1% em 1966; e 1,7% em 1967.

Tudo indica que o recorde dos anos recentes se deu em 1979 (para os anos imediatamente anteriores não é fácil calcular o déficit público, pois não havia o orçamento consolidado das estatais montado pela Sest). O déficit global chegou a 8,1% do PIB, puxado pelo déficit das

estatais e pelo volume de subsídios, e este déficit, segundo Doellinger, explica a "disparada" da inflação observada em 1980. A redução do déficit nos dois anos seguintes e a nova queda esperada para este ano seriam, portanto, a melhor garantia de que a inflação pode, de fato, continuar numa tendência de baixa. O ideal, sugere Doellinger, é que o déficit fique entre 2 e 3% do PIB.